



Sarney: Geisel salvou o País da ditadura

Afirmando que "o Presidente Geisel correu todos os riscos e assumiu todas as responsabilidades para salvar o país da ditadura" o Senador José Sarney, Arena - Maranhão, concedeu, ontem, longa entrevista analisando a atual abertura política e dizendo que este ano a nação enfrentará o desafio das eleições e das reformas num período de transição quando serão colocados à prova a nossa capacidade de construir uma democracia sem os vícios do passado, mas, em condições de dar ao Brasil uma situação de potência econômica e política.

O texto da entrevista é o seguinte: "Duas coisas, hoje, estão bem nítidas: a inconformação de todos com o desinvestimento entre o desenvolvimento econômico-social e o desenvolvimento político; a necessidade imediata do país de construir um projeto político coerente com suas aspirações democráticas e à altura de suas responsabilidades mundiais no Ocidente".

O Presidente Geisel cumpriu duas grandes tarefas: uma, de natureza constitucional e revolucionária, exercendo os seus poderes e assumindo as responsabilidades do comando e outra de natureza pessoal, com sua autoridade incontestável, sua firmeza de princípios, qualidades que inspiraram confiança à nação e apoio a suas diretrizes."

A história há de fazer justiça ao Presidente Geisel, como uma das mais firmes personalidades de democrata passadas pelo governo. Ele assumiu todas as responsabilidades e correu todos os riscos, para atingir o objetivo de salvar - nos da ditadura. O seu projeto de distensão gradual e firme teve grandes obstáculos que foram desde a errônea utilização pelo MDB da vitória de 74 até a crise mundial que atingiu em cheio nossa economia, obrigando o país a mobilizar todas as suas forças no controle da economia, ameaçada pela guerra do petróleo e da crise mundial. Os resultados estão chegando com o superávit de nossa

balança comercial, o crescimento das reservas, o controle da inflação com uma acentuada tendência de declínio, a diminuição do percentual da dívida em relação ao produto interno, conquistas no campo econômico; no campo político, a revogação da violência, a liberdade de imprensa, o grande debate parlamentar, a valorização da atividade partidária e uma definição clara e enérgica de que a democracia era o fim a atingir e que para ela devíamos caminhar irreversivelmente".

"Este ano a nação enfrentará o desafio às eleições e das reformas, constituindo-se então um período de transição, que colocará à prova a nossa capacidade de aceitar a política como a arte do possível, devendo - se compreender que estamos vivendo um período de crescimento democrático, de lançamento das bases de uma grande democracia política."

P. Esta posição não é resultado de uma pressão nacional para forçar a abertura?

R. Acredito que a própria pressão da sociedade foi fruto da distensão iniciada no Governo Geisel. Essa pressão não seria visível, se não existisse liberdade de imprensa, se não existisse um parlamento funcionando com um debate político tão vivo e enérgico como o tivemos nos últimos anos. A vocação democrática da Revolução, seus objetivos liberais, sua filosofia de uma sociedade aberta e competitiva não levariam a outro caminho, senão o da liberdade. Como diz Nilson, só a convicção limita o poder.

P. Mas, o Presidente Geisel tem falado permanentemente em democracia relativa e isto não significa porventura uma negação da democracia?

R. Quando o Presidente Geisel fala em democracia relativa, deseja dizer que a democracia ideal é uma utopia. Ela simplesmente não existe, é uma peça de tratado de filosofia política. A democracia, como um fenômeno político vivo, tem de se alimentar da realidade. Esta realidade está con-

dicionada ao tempo, à geografia, à história, à sociedade, enfim. A democracia, sistema de governo do povo para ele mesmo, não pode ser apenas a democracia das liberdades subjetivas. Como lembra Chardin, que para pensar, é preciso comer. Quando o Presidente Geisel falou da democracia relativa, não se referiu à relatividade dos valores democráticos, mas à realização imperfeita desses mesmos valores. E essa verdade não pode ser negada por ninguém.

P. E a afirmativa dele no Uruguai de que ainda não podemos ter um Presidente civil?

R. Ele não disse que não podemos ter um Presidente civil e, sim, que é inconveniente no momento um civil na Presidência. Realmente, estamos saindo de um processo revolucionário que sempre tem uma sobrecarga de abalos institucionais. A estrutura do poder civil, que é a presidência, pode exigir em certos momentos históricos o recrutamento de homens em determinados seguimentos da sociedade, em benefício da própria nação. Assim, o que quiz afirmar o Presidente da República é que a presença de um militar no Governo faz parte do interesse nacional pelos problemas que vamos enfrentar com a abertura. Assim, não é uma exigência militar, mas uma necessidade da conjuntura do país. Esse fato não afetará o desenvolvimento político democrático. Temos civis no governo que são a expressão do poder militar e o Uruguai sabe bem disso - Bordaberry - e temos militares que, no Poder, governam como civis, como o Presidente Geisel.

P. O diálogo já tem propostas concretas? Não tenho dado de informação a este respeito, mas acredito que é fácil saber o que com ele se deseja atingir. Devemos superar as leis de exceção. O país já está em condições de prescindir de leis de cunho nitidamente transitório, como os atos institucionais. Um grande país como o Brasil deve ter um pacto básico constitucional que represente o compromisso de toda a nação com um projeto po-

lítico. A Constituição e só a Constituição e dentro dela - as idéias que representam os objetivos democráticos da Revolução.

P. A Constituinte?

R. O Congresso tem poderes constituintes, permanentemente. A convocação de uma Constituinte significaria o reconhecimento da existência de uma rutura total das instituições, o que não existe. Estamos na fase de aperfeiçoamento das leis, fazer funcionar os mecanismos de controle dos poderes e criar instituições políticas fortes, capazes de viabilizar o processo democrático, sem os erros do passado.

No meu entender, poderíamos votar um Ato Adicional à Constituição de 1967, referendando a Emenda nº 1 com as modificações necessárias, escoimando - a dos cacótes que a marcam, de ressentimento contra o Congresso e as instituições, corrigindo - a e adaptando - a aos interesses atuais da Nação, criando e definindo o Estado de Emergência, dotando o governo de poderes necessários a enfrentar a violência política que é a maior inimiga da democracia e munindo a presidência de poderes arbitrais na ocorrência de crises.

Não pode ser esquecida nesta hora a experiência constitucional francesa do artigo 16. Não seria o caso de uma cópia, mas de recebê - lo como subsídio válido e já provado. Outro subsídio importante é a lei antiterrorismo votada há pouco tempo na Inglaterra. Enfim, temos de dotar a democracia de poderes de auto - dedeiza.

P. E o "pacote" de abril?

No Ato Adicional examinaríamos todas as emendas à Constituição, desde a Emenda 1 até a 7. E seriam consolidados os textos que fossem aceitos pelo Congresso. A matéria das reformas de abril acredito que não temos clima para superá - la nas eleições de 78, mas acho que, em termos de futuro, voltaremos ao regime das eleições diretas para os governos estaduais e extinção da eleição indireta para o Senado Federal.